

PGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina

BOLETIM INFORMATIVO Nº 21

Abril - 2011

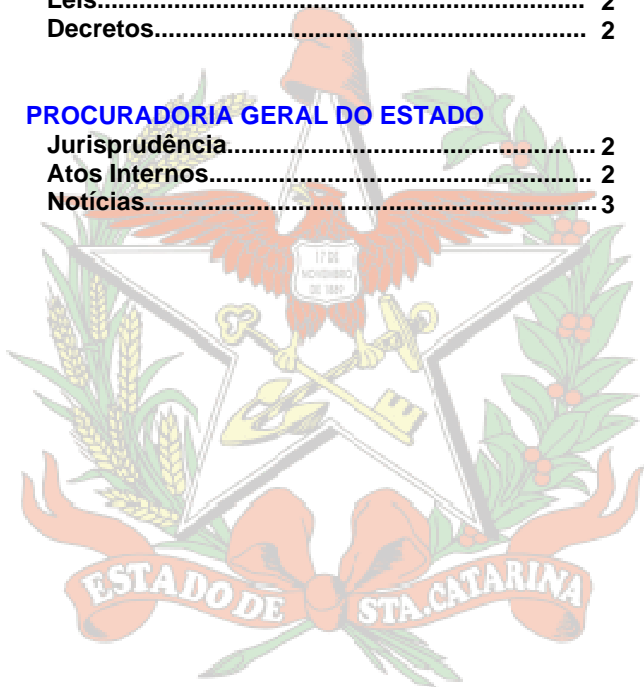
SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis.....	2
Decretos.....	2

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Jurisprudência.....	2
Atos Internos.....	2
Notícias.....	3



GOVERNADOR DO ESTADO
João Raimundo Colombo

PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO
Nelson Antônio Serpa

SUBPROCURADOR-GERAL
DO CONTENCIOSO
Antonio Fernando Athayde Jr.

LEGISLAÇÃO

ESTADUAL

Leis

LEI COMPLEMENTAR Nº 533, de 16 de março de 2011

Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 459, de 2009, que institui no âmbito do Estado de Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores que especifica.

LEI Nº 15.459, de 9 de março de 2011

Altera dispositivo da Lei nº 10.297, de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Decretos

DECRETO Nº 061, de 1º de março de 2011

Altera dispositivos do Decreto nº 105, de 14 de março de 2007, que Regulamenta a Lei nº 13.992, de 2007, que instituiu o Programa Pró-Emprego.

DECRETO Nº 062, de 1º de março de 2011

Introduz a Alteração 2.646 no RICMS/SC.

DECRETO Nº 063, de 1º de março de 2011

Introduz as Alterações 2.647 e 2.648 no RICMS/SC.

DECRETO Nº 080, de 11 de março de 2011

Dispõe sobre as consignações em folha de pagamento de servidores públicos civis e militares da administração direta, autárquica e fundacional, e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 081, de 11 de março de 2011

Exclui a Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC do Decreto nº 035, de 4 de fevereiro de 2011.

DECRETO Nº 089, de 16 de março de 2011

Dispõe sobre a utilização e ressarcimento dos gastos com a Rede de Governo pelos órgãos e entidades da administração pública estadual.

DECRETO Nº 127, de 30 de março de 2011

Estabelece normas relativas à transferência de recursos financeiros do Estado mediante convênio ou instrumento congênera e estabelece outras providências.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

JURISPRUDÊNCIA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Repercussão Geral em AI n. 757.244 - RS

Publicação: 29 de março de 2011

Relator: Ministro Ayres Britto

Agte: Gláucia Rosaura Dos Santos

Agdo: Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - Febem

Ementa:

CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SEM PRÉVIA APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE. EFEITOS TRABALHISTAS. REPERCUSSÃO GERAL DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL. Possui repercussão geral a questão constitucional alusiva aos

efeitos trabalhistas decorrentes da contratação de pessoal pela Administração Pública sem prévia aprovação em concurso público.

ATOS INTERNOS

PORTARIA GAB/PGE Nº 018, de 25 de fevereiro de 2011

Cessa os efeitos da Portaria nº 003/PGE/2008, de 23 de janeiro de 2008, e delega competência para o Procurador do Estado efetivar transação presente no art. 11 da Lei nº 13.334, de 28 de fevereiro de 2005.

PORTARIA GAB/PGE Nº 019, de 1º de março de 2011

Dispensa da função servidora e designa substituto na Procuradoria Regional de Joinville.

PORTARIA GAB/PGE Nº 020, de 3 de março de 2011

Designa servidora para função de confiança.

PORTARIA GAB/PGE Nº 021, de 11 de março de 2011

Concede licença sem remuneração a servidora da PGE.

PORTARIA GAB/PGE Nº 022, de 4 de março de 2011

Designa servidores da PGE para compor comissão encarregada da avaliação de desempenho dos Assistentes Jurídicos e dos Analistas Técnicos em Gestão Pública em estágio probatório.

PORTARIA GAB/PGE Nº 023, de 14 de março de 2011

Dispensa servidora de função de confiança e designa servidora substituta.

PORTARIA GAB/PGE Nº 024, de 17 de março de 2011

Designa servidores para compor a comissão central para proceder ao levantamento e baixa dos bens móveis de caráter permanente e de consumo da Procuradoria Geral do Estado, cessando os efeitos da PORTARIA PGE/GAB Nº 046, de 29 de outubro de 2010.

PORTARIA GAB/PGE Nº 025, de 21 de março de 2011

Autoriza 19 servidores da PGE a conduzir veículos oficiais.

PORTARIA GAB/PGE Nº 026, de 28 de março de 2011

Convoca Procuradores do Estado para atuar junto à Procuradoria do Contencioso.

PORTARIA GAB/PGE Nº 027, de 28 de março de 2011

Suspende efeitos de designação de Procurador do Estado para atuar junto à Consultoria Jurídica.

PORTARIA GAB/PGE Nº 028, de 28 de março de 2011

Dispensa a interposição de recurso contra sentença ou acórdão proferido em processo judicial movido contra o Estado de Santa Catarina cujo pedido envolver o fornecimento de medicamento, insumo e material não padronizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), desde que:

I – possua registro na ANVISA, quando for o caso;

II – tenha sido produzida prova pericial especializada ou oitiva do médico especialista prescritor confirmando a necessidade,

a adequação e a indispensabilidade do tratamento em detrimento dos medicamentos fornecidos pelo SUS ou ausência de alternativa terapêutica na rede pública;

III – tenha havido condenação solidária da União Federal;

IV - tenha sido reconhecida a hipossuficiência financeira da parte;

V – tenha sido deferida a contra-cautela para comprovação médica da permanência da necessidade do fármaco com a apresentação periódica de nova prescrição médica.

Parágrafo único – Nos processos mencionados no caput fica dispensado recurso especial e extraordinário ainda que não deferida a contra-cautela mencionada no inciso V.

PARECER Nº 66/2011

Autor: Angela Cristina Peliccioli

Origem: Procuradoria Geral do Estado

Ementa: Servidor Público. Cassação de Liminar. Erro Material. Desconto em Folha de Pagamento. Uma vez cassada a liminar concedida em mandado de segurança, sobretudo com fundamento em "erro material", não há como prosperar a pretensão ao pagamento do que não foi administrativamente realizado à época em que dita liminar vigeu, mesmo porque é legítima a imediata reposição, mediante desconto em folha, dos vencimentos ou vantagens percebidos em virtude de liminar cassada.

NOTÍCIAS

PGE dispensa determinados recursos judiciais

Com o objetivo de reduzir as demandas judiciais contra o Estado, a PGE decidiu dispensar os recursos nos casos de professores da rede estadual que acionam a Justiça para receber o Prêmio Educar quando se encontram afastados por licenças ou férias.

A dispensa de recurso também será aplicada em sentenças e acórdãos proferidos em ações contra o Estado cujo pedido é o fornecimento de medicamentos, insumos e material não padronizado pelo Sistema Único de Saúde. A medida se aplica quando, cumulativamente, a ação tiver cinco características apontadas pela Portaria da PGE Nº 28.